

Turismo com novos prazos para reembolso de financiamentos do PME Investe III



Bernardo Trindade, secretário de Estado do Turismo

Os prazos máximos para amortização de financiamentos atribuídos ao abrigo das linhas de crédito PME Investe III para o sector do turismo, turismo de habitação e turismo rural foram alargados, passando de sete para 15 anos.

Esta medida faz parte de uma revisão efectuada sobre as regras de financiamento nas linhas de crédito PME Investe em curso para as empresas do turismo, gizadas entre o Turismo de Portugal, a banca, a PME Investimentos e as sociedades de garantia mútua.

Segundo o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, "os empresários vinham reclamando que as linhas de crédito necessitam de prazos mais extensos". Em declarações à VE, aquele responsável consi-

dera que estes são prazos mais "aceitáveis para que a confiança continue e os investimentos avancem".

Foi ainda estendida a recepção de candidaturas ao abrigo do mesmo programa para final de 2011, já que "o calendário inicial previa entrega de candidaturas para projectos finalizados até final do ano passado". Em suma, o objectivo das novas regras vai no sentido de "agilizar" os processos e "garantir condições de confiança e de reembolso mais consentâneas com quem investe em Portugal". E frisou: "Se, em 15 anos não for possível à empresa amortizar [o financiamento], algo vai mal".

Outra das alterações operadas prende-se com os requisitos para operações elegíveis na Linha Sector do Turismo, da PME Investe

III. Os empreendimentos e actividades turísticas que recorram a esta linha para efeitos do serviço da dívida vêem alargado o período de entrada em exploração de 2010 para até 31 de Dezembro de 2011.

Segundo dados do Turismo de Portugal, até ao momento, as linhas PME Investe já apoiaram 3548 operações na área do turismo, correspondentes a 475 milhões de euros de financiamento. Estão disponíveis para apoio ao sector as linhas + Restauração (dotação de 60 milhões de euros), sector do turismo (no valor de 330 milhões de euros), turismo habitação e turismo no espaço rural (10 milhões de euros) e linha tesouraria (150 milhões de euros).

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt